

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2025 PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS, REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2024.

Aos dezoito dias mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, reuniram-se em Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores de Inhamitanga, sob a presidência do Poder Legislativo a sra. Inês dos Santos Bueno, e o Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação Valtair José de Moura, os vereadores Arnaldo Mariano de Oliveira e Antônio Cesar Rosário Kalb, os representantes da Prefeitura Municipal, o contador Nilson Sievers Mariano, o Controlador Interno Micael Bresolin Soares bem como servidores da Câmara, do Poder Executivo e comunidade, para a apresentação do Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, referente ao 3º Quadrimestre de 2024. O presidente declarou aberta a Audiência Pública, logo após passou a palavra ao contador Nilson Sievers Mariano para apresentação do Relatório. Nilson saudou a presidente Inês dos Santos Bueno, ao presidente da Comissão Orçamento, Finanças e Tributação Valtair José de Moura, ao Controlador Interno do poder Executivo, aos demais vereadores presente, e a comunidade que estava presente, falou que estava reunido para avaliar o 3º quadrimestre de 2024, que é os dados do que aconteceu na prefeitura, que tem que avaliar as questões dos resultados primários, os percentuais de gastos com educação, saúde, folha de pagamento, capacidade de pagamento da dívida e demais financiamentos. Comentou que na análise do Resultado Primário, no período de janeiro a dezembro de 2024, o Resultado Primário acumulado até o 3º Quadrimestre foi positivo no valor de R\$ 2.269.866,86, ficou acima do valor estabelecido, o superávit ficou abaixo das metas previstas. Disse que a receita Tributária, que são as receitas próprias. IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) tinha uma previsão de R\$ 217.390,00, foi realizado apenas R\$ 112.713,11, chegou a 51,85% da arrecadação. O ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), o qual é um imposto muito bom, tem uma previsão de R\$ 500.000,00, foi realizado R\$ 228.307,00, Nilson comentou que não se confirmou as negociações. Falou das Transferências Correntes, onde o mais significativo é a transferências da União, FPM (Fundo Participação Município), a previsão de R\$ 15.515.000,00 se realizou R\$ 15.334.476,57, se confirmou. ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) a previsão era de R\$ 4.500.000,00 e arrecadou R\$ 4.723.184,49, se confirmou. O IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), também uma receita bem interessando foi arrecadada até um pouco mais, tinha uma previsão de R\$ 214.000,00 e foi arrecadado R\$ 292.263,71. Quanto as Transferências do FUNDEB, explica que este sempre ocasiona pelo número baixo de alunos, aonde tinha uma previsão de R\$ 3.162.171,00, foi arrecadado R\$ 3.037.504,92. Sobre as Receitas de Capital, tinha uma previsão de R\$ 1.595.876,20, foi realizado R\$ 2.585.744,07. Resultado Orçamentário previsão de R\$ 694.372,14, foi realizado R\$ 6.035.383,33. A Despesa/ Receita programada foi de 0,98, e foi realizado 0,82, de despesas, pra um de receita, que está dentro da expectativa, dentro dos parâmetros da lei, não está se gastando mais, do que

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2025 PARA APRESENTAÇÃO DO
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS, REFERENTE AO 3º
QUADRIMESTRE DE 2024- FOLHA 02-CONTINUAÇÃO**

está arrecadando. Quanto as Despesas de Pessoal e Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, Executivo e Legislativo estão atendendo aos limites permitidos, o Poder Executivo, as despesas com pessoal ficaram em 36,11%, sendo que o limite legal é até 51,3%. No Poder Legislativo as despesas com pessoal ficaram em 2,54%, sendo que o limite legal é até 5,7%. Na parte de despesas com Educação, também há um índice a ser cumprido de 25%, e ele ficou em 27,84%, o município está atendendo o limite. No FUNDEB também há um limite que tem que ser gasto, que é de 70% com Educação, onde foi gasto com 72,83% em despesas básicas do magistério. Nas despesas com a Saúde há um limite a ser cumprido de 15%, foi investido em Saúde 17,51%, das receitas líquidas e impostos das transferências. Nilson explicou sobre o Resultado Nominal, onde sempre tem de ser feita a análise do 3º trimestre até 31/12/2023 R\$ 2.799.209,89, em relação ao 3º trimestre 2024, houve superávit. Quanto a Dívida Consolidada Líquida, está adequada aos parâmetros da Resolução n.º 40/01 do Senado Federal, tendo em vista que o percentual efetivado em relação à receita Corrente Líquida de 4,06%, está abaixo do Limite Permitido de (120%), demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nilson disse que resumidamente os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o resultado Primário foi atingida até o 3º Trimestre de 2024. A Despesa com Pessoal, como proporção da Receita Corrente Líquida – encontra-se abaixo dos limites legais, sendo que Dívida Consolidada Líquida, encontra-se abaixo dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o atingimento das metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então todos os itens foram atingidos. Após a apresentação do relatório, Nilson se colocou à disposição para esclarecimentos. Após, nada mais havendo a se tratar, o presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada pelos vereadores presentes.

INÊS DOS SANTOS BUENO

Presidente do Poder Legislativo em exercício

VALTAIR JOSÉ DE MOURA

Presidente da C.O.F.T.